

## OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 111

Período: de 14/02/04 a 20/02/04

Franca – Brasil

- 1- Grupo de militares denuncia tortura em quartéis do Exército
- 2- Série de sete capítulos sobre ditadura militar é publicada pelo Jornal do Brasil
- 3- Orçamento liberará apenas uma parte das indenizações para perseguidos políticos.
- 4- De acordo com jornal, relatório do acidente com VLS-1 já teria sido enviado para Ministério da Defesa
- 5- Pesquisa revela que Forças Armadas têm a melhor imagem para a população
- 6- Portaria do Ministério da Defesa autoriza serviço alternativo a jovens contrários ao serviço militar obrigatório
- 7- Comissão russa apresenta compensações comerciais visando venda de caças à FAB
- 8- Viagem de ministro em avião da FAB gera polêmica
- 9- Governo suspende anistia de 137 ex-militares

### Grupo de militares denuncia tortura em quartéis do Exército

O *Jornal do Brasil* informou nesta semana que um grupo de aproximadamente 50 militares do Exército vem enviando relatórios contendo denúncias de tortura psicológica, trabalho escravo e maus-tratos à Comissão de Direitos Humanos da Câmara. De acordo com o jornal, o grupo está levantando documentos e testemunhas que confirmam suas denúncias. O sargento Valdir da Silva Moreira, que assina um dos relatórios, afirmou que em janeiro de 2003, prestes da viajar com a família, teve suas férias suspensas pelo Exército e foi obrigado a trocar a tubulação da residência de um oficial no Setor Militar Urbano. Colegas do sargento declararam ter sido proibidos de se comunicar com ele. O cabo Raul Rocha Vicenti informou à Comissão que ao ser preso no ano passado no Pelotão de Investigações Criminais, com problemas nos rins, recebeu comida com excesso de sal, sem direito a beber água. A esposa de um subtenente, Marisa Mercadante, denunciou que seu marido teve traumatismo craniano dentro da Companhia de Guerra Eletrônica, localizada em Brasília. No documento que o transferia para a reserva, o diagnóstico do Exército classificava o militar como demente pré-senil. Segundo as Forças Armadas, Vagner Mercadante, marido de Marisa, teria batido a cabeça numa porta. O acidente o imobilizou e Marisa diz que o motivo real do traumatismo nunca foi investigado. Além disso, a família estaria recebendo o reembolso dos gastos médicos do subtenente com grande atraso. Ao se manifestar sobre as denúncias, o Centro de Comunicação Social do Exército (Ccomex) negou a ocorrência de tortura psicológica e trabalho escravo, minimizou as situações que os militares alegaram ser humilhantes e justificou cada uma das críticas presentes nos relatórios. Além de confirmar a prisão do cabo Raul Rocha Vicenti, o Exército disse que o cabo, que estava detido por desacato a superior e desobediência, não apresentou qualquer queixa a respeito da alimentação. Valdir da Silva Moreira, informou o Ccomex, não apresentou a sua organização militar nenhuma petição ou recurso onde descrevesse casos de perseguição.

No caso do subtenente Vagner Mercadante, o Ccomex alegou que não há qualquer registro de acidente militar na organização e que o militar sofria de uma doença degenerativa dos gânglios da base e estado de demência grave. (Jornal do Brasil – Brasil – 15/02/04).

Série de sete capítulos sobre ditadura militar é publicada pelo Jornal do Brasil

No último dia 15, o *Jornal do Brasil* iniciou a publicação de uma série de sete capítulos acerca do golpe e da ditadura militar. Após descrever o cenário no qual se deu o golpe, o jornal informa que publicará uma série sobre o regime militar e seus desdobramentos, incluindo artigos e testemunhos. O primeiro deles é de autoria de Luiz Pinguelli Rosa, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobás). Rosa reconstitui a situação política resultante da renúncia do presidente Jânio Quadros e da posse conturbada de João Goulart, que desagradava aos militares. O professor esclarece que, apesar de Jânio Quadros não ter recebido o apoio das Forças Armadas, um golpe foi impossibilitado pela fragmentação dos militares na ocasião de sua posse. Foram os erros cometidos pela esquerda no poder, bem como a guerra ideológica promovida pela direita e apoiada por algumas grandes multinacionais e pelo governo norte americano que contribuíram para que o golpe ocorresse de fato em 1964. Em um outro artigo, o escritor Jarbas Passarinho considera que o golpe de 1964 foi apresentado um saldo positivo tendo em vista o desempenho econômico do país durante o regime militar e um saldo negativo no que tange às liberdades fundamentais. O último relato é do ex-militante comunista e historiador Jacob Gorender. Seu autor versa sobre a rotatividade de generais que ocuparam a presidência de República -cinco no total. Gorender explica que os presidentes eram escolhidos por um conselho formado pelas cúpulas das três Armas. Após comentar os efeitos dos Atos Institucionais emitidos na época, o historiador conclui afirmando que as Forças Armadas aprenderam a aceitar o dever profissional da neutralidade legal e da não-intervenção nos rumos democracia (Jornal do Brasil – Brasil – 15/02/04).

Orçamento prevê apenas uma parte das indenizações para perseguidos políticos.

O governo liberará apenas R\$ 58 milhões em indenizações a perseguidos políticos do período de 1946 a 1988, de acordo com o orçamento do ano de 2004. O valor prometido era de R\$ 200 milhões, e, segundo a assessoria de imprensa, o restante será liberado no mês de abril. Além disso, tem sido anunciada a liberação de R\$ 300 milhões para o orçamento de 2005 e R\$ 400 milhões para o de 2006. Os valores têm tais cifras porque a partir da lei 10.559/02, as indenizações não serão apenas concedidas aos torturados pelo governo, mas também àqueles que não puderam executar suas atividades profissionais no período de setembro de 1946 a outubro de 1988. (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/02/04).

De acordo com jornal, relatório do acidente com VLS-1 já teria sido enviado para Ministério da Defesa.

O jornal *Folha de São Paulo* apurou que o relatório final preparado pela comissão investigadora do acidente com o VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites) no Centro de Lançamento de Alcântara (Maranhão), em agosto de

2003, já foi entregue às autoridades do Ministério da Defesa. Contudo, a assessoria de imprensa do Ministério negou o recebimento do documento ou mesmo o conhecimento do término dos trabalhos da comissão liderada pelo brigadeiro-do-ar Marco Antonio Couto do Nascimento. Apesar de anteriormente a investigação ter sido requisitada pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (Deped) do Comando da Aeronáutica, as questões relacionadas ao acidente devem ser encaminhadas diretamente ao Ministério, como declarou o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (Cecomsaer). O jornal consultou o físico da Universidade Federal Fluminense, Paulo Murilo de Oliveira, membro da comissão, que declarou ter participado das últimas reuniões para o encerramento do relatório. A versão final do texto está dividida em quatro partes preparadas por subcomissões (operações, meteorologia, materiais e fator humano) e seu desfecho conta com um extenso resumo produzido pelo brigadeiro Couto. Em seu resumo, o brigadeiro esmiúça todo o processo de operação do lançamento, partindo inclusive dos problemas e falhas que cercaram a condução da operação, chefiada pelo brigadeiro Tiago Ribeiro. Quanto aos fatores físicos que podem ter acionado o motor prematuramente causando a explosão e morte de 21 pessoas, foram levantadas várias hipóteses, mas o relatório não deve trazer nenhuma certeza sobre o que de fato ocorreu. (Folha de São Paulo – Ciência – 18/02/04)

#### Pesquisa revela que Forças Armadas têm a melhor imagem para a população

O jornal *O Globo* divulgou o resultado da pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) ao Ibope, na qual as Forças Armadas aparecem como a instituição com melhor imagem para a população, com 73% da preferência dos entrevistados, seguidos da imprensa (72%), Ministério Público (58%), Igreja Católica e Evangélica (56%), advogados (56%), polícia (51%), Poder Judiciário (48%), Poder Executivo (40%) e Poder Legislativo (35%). A pesquisa foi realizada entre 7 a 11 de fevereiro e duas mil pessoas foram ouvidas em 145 cidades. (O Globo – O País – 18/02/04).

#### Portaria do Ministério da Defesa autoriza serviço alternativo a jovens contrários ao serviço militar obrigatório

O Ministério da Defesa autorizou os jovens que alegam impedimentos religiosos e políticos a prestarem um "serviço alternativo" ao serviço militar obrigatório, fora dos quartéis. A portaria, publicada neste dia 17, no *Diário Oficial da União*, concede cancelamento de processos para 42 mil "eximidos" das Forças Armadas, que receberão o certificado de dispensa. Além disso, autoriza a implementação do serviço alternativo mediante a assinatura de convênios com os ministérios que apresentarem sugestões de serviço comunitário. Dessa forma, aqueles que optarem pelo serviço alternativo não serão submetidos a qualquer compromisso tipicamente militar e poderão prestar serviços comunitários fora das áreas militares, pois até o momento a legislação só permitia serviço alternativo dentro dos quartéis. No ano de 2003, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) apresentou uma sugestão de minuta de projeto de lei para criação do serviço alternativo, pois os eximidos do serviço militar obrigatório ficam com sua situação militar indefinida e, portanto, sem a possibilidade de prestar concursos públicos, participar de eleições, entre outras atividades. A proposta do CDDPH foi

apresentada ao Ministério da Justiça e à Presidência da República, resultando na verificação da necessidade da criação de uma portaria por parte do Ministério da Defesa. Apesar da criação da portaria, o conselheiro do CDDPH e autor da idéia do serviço alternativo, Humberto Spínola, afirmou que irá insistir na aprovação de um projeto de Lei no Congresso Nacional, tendo em vista que portarias podem ser revogadas. Os atuais eximidos, em sua maioria religiosos, contrários à prestação de serviços militares serão convocados até 31 de julho para cancelar seus processos. (Jornal do Brasil – Brasil – 18/02/04).

#### Comissão russa apresenta compensações comerciais visando venda de caças à FAB

Neste dia 18, uma comissão do governo russo visitou Brasília com o intuito de incrementar a pauta comercial com o Brasil. A comissão contou com 60 empresários e autoridades russas, encabeçadas pelo vice-premiê Boris Alyoshin e Mikhail Pogosyan, presidente do conglomerado aerospacial Sukhoi, um dos grupos que concorrem na disputa para a venda de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB). Os outros concorrentes são: Mirage 2000BR (Dassault, França/ Embraer, Brasil), Gripen (Saab, Suécia/BAe, Reino Unido), F-16 (Lockheed Martin, EUA) e MiG-29 (RAC, Rússia). Tendo em vista a concorrência para a venda dos caças no valor de R\$ 700 milhões, a comissão russa apresentou, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao chanceler Celso Amorim, uma proposta de compensação comercial, incluindo a transferência de tecnologia de lançamento de satélites e a abertura do mercado de exploração de petróleo. (Folha de São Paulo – Brasil – 19/02/04).

#### Viagem de ministro em avião da FAB gera polêmica

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o ministro da Defesa, José Viegas Filho, viajou no último dia 19 com sua família em um avião de Força Aérea Brasileira (FAB) para o Pantanal. De acordo com a *Folha*, o ministro viajou para o Mato Grosso do Sul a convite do governador do estado para passar o Carnaval. A Comissão de Ética, ligada à Presidência da República, informou que o Código de Ética não condena o uso de aviões oficiais por parte de parentes de ministros. A regulamentação é feita pela própria FAB, declarou a Comissão. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/02/04).

#### Governo suspende anistia de 137 ex-militares

De acordo com *O Globo*, o governo suspendeu a anistia de 137 ex-militares que haviam sido concedidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A suspensão foi feita por meio de uma portaria do ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos e estende-se a cabos da Aeronáutica que ingressaram na Força Aérea Brasileira (FAB) depois de outubro de 1964. Tais processos de anistia foram aprovados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O jornal informou que tanto o ministro da Justiça quanto a Comissão de Anistia entendem que a Portaria 1.104, de outubro de 1964 tinha por objetivo punir cabos que se opunham ao regime militar. Os cabos, portanto, teriam direito à indenização, uma vez que a portaria foi um ato de exceção política. Para aqueles que ingressaram na força após 64, a portaria valeria como regulamento administrativo que determinava que eles deixassem a Aeronáutica depois de oito anos. Desta forma, o caso não se aplicaria à categoria de perseguição política, já que eles tinham conhecimento prévio das regras da

instituição. As indenizações canceladas correspondem a processos aprovados que ainda não tinham sido publicados no Diário Oficial. O *Globo* informou ainda que vários dos cabos anistiados deixaram de receber indenização por falta de recursos. O capitão aposentado Paulo Roberto Manes, representante dos anistiados da Aeronáutica na Comissão de Anistia, concorda que os militares admitidos depois de 1964 deixaram a instituição por cumprimento do tempo de serviço e não por perseguição política. Entretanto, Manes contesta a suspensão das anistias aprovadas no governo anterior. (O Globo – O país – 20/02/04).

**Nota:** devido à impossibilidade do acesso gratuito aos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o **Informe Brasil** temporariamente suspendeu a pesquisa desses periódicos.

**Sites de Referência:**

Folha de S.Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic), Leonardo Dall'Evedove (bolsista Reitoria/Unesp) e Érica Cristina Winand (bolsista Capes). As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.